

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



VISITA AO ESTADO DO AMAZONAS

Palácio Rio Negro Manaus, AM 15 de janeiro

A ocupação racional da Amazônia é um dever do povo e do Governo. A Amazônia lembra que a natureza tem direitos que não podem ser violados, e que o povo tem garantias que não podem ser negadas nem adiadas.

7 e 8 de janeiro — Protestos em São Luís com carros e repartições incendiadas.

15 de janeiro — O Presidente José Sarney amanhece em Manaus para participar da inauguração da primeira fábrica de cimento naquele estado. No Palácio do governo, mais tarde, o Presidente José Sarney fala sobre a região.

Esta é a terceira vez que venho ao Amazonas desde que assumi os altos deveres de presidir a República. Não quis que esta viagem ficasse apenas no prestígio de ver plantada uma grande indústria de base: a fábrica que acabamos de inaugurar.

Estou aqui, no Palácio Rio Negro, que evoca os primórdios da organização administrativa destes vastos mundos verdes, não pelo nome do rio, mas pelo da Província do Rio Negro, governada por Melo e Póvoas, que também governou o Maranhão, mandado por Pombal para plantar a cruz de Cristo e o braço português nestas águas e florestas.

O Brasil tem responsabilidades presentes e passadas com o Amazonas. Serei fiador dessas responsabilidades, começando por afirmar que o Amazonas será apoiado, fortalecido, prestigiado e ajudado pelo Governo Federal.

Tranquilizo o povo e o governo do Amazonas mais uma vez, afirmando que nenhuma decisão diminuirá o âmbito das atribuições e a destinação da Zona Franca de Manaus. Por outro lado, prorrogada, ela continuará a ser um pólo de fortalecimento da economia e um posto avançado para o desenvolvimento da indústria e do comércio do País. Ela será também um trampolim avançado no setor das exportações.

O Governo brasileiro, no desempenho de suas responsabilidades, deve ter em relação à Amazônia uma visão do que ela representa na vastidão de suas fronteiras. A presença do Brasil não deve ser apenas geográfica, mas também humana.

Tem sido manifestação expressa do Governo que é um dever do povo e do Governo ocupar racionalmente a Amazônia. Esse o desafio a enfrentar. Mas essa ação não deve ser uma coisa no ar, sem planejamento. Deve obedecer simultaneamente a três requisitos: ser economicamente viável, social, justa e ecologicamente adequada. Num outro plano, deve coordenar a ação em três níveis: o federal, o estadual e o municipal.

As obras, seja de recuperação — como na Belém-Brasília —, seja de implantação — com a Hidrelétrica de Balbina —, estão sendo tocadas em ritmo acelerado.

No Programa Grande Carajás, na verdade um plano de desenvolvimento integrado de uma área equivalente a 900 mil quilômetros quadrados (11% do território nacional), busca-se apoiar e incentivar a iniciativa privada e promover a descentralização industrial.

O projeto da SIDERAMA, para a produção de aço, que conta com recursos adicionais de Cr\$ 18 bilhões, completará suas obras em 1988.

A SUFRAMA, até dezembro de 1985, indica a aprovação de 97 projetos no exercício passado, com incentivo de Cr\$ 425 bilhões.

No setor agropecuário, encontram-se em execução 202 projetos, dos quais 38 aprovados nos últimos nove meses, estimando-se em 25 mil os empregos gerados com sua implantação definitiva e uma área ocupada de 110 mil hectares.

Ninguém ignora, Senhor Governador, as dificuldades que venho enfrentando. A herança de que ainda não pudemos nos libertar — nem pelo curto espaço de tempo do governo, nem pelo esforço e pelo trabalho que tenho procurado imprimir às nossas tarefas — é ponto de estrangulamento que impede atender às aspirações mais justas e urgentes.

Agora mesmo enfrento a pressão da dívida externa e da seca que assola o Centro-Sul, desarticulando a produção agrícola e obrigando o Governo a importar alimentos.

Temos vitórias alcançadas e temos pontos em que infelizmente ainda não obtivemos o sucesso necessário. Se por um lado crescemos quase 8%, retomando o desenvolvimento, aumentando o salário real dos trabalhadores, criando um milhão e meio de empregos, tendo o terceiro superávit no mundo ocidental em nossa balança comercial, por outro lado, a inflação nos castiga, castiga o povo, e sofremos os nefastos efeitos da desvalorização da nossa moeda. Como se não bastassem esses desafios bons e maus, ainda temos de enfrentar o primarismo de reivindicações anárquicas.

Restauramos a liberdade em todos os cantos do País. Todos os compromissos institucionais estão sendo cumpridos. Marchamos no caminho da prioridade para os problemas sociais. Pela primeira vez os pobres são ouvidos, são olhados, e há um esforço do Governo para assegurar o futuro nos programas que começam na criança, onde o Brasil começa.

Esta obra é fruto da responsabilidade política da Aliança Democrática, elo das mudanças que estão mudando o Brasil, de acordo com a vontade do seu povo. O

Amazonas não tem faltado ao Presidente no apoio dado através do PMDB e do PFL. No apoio do Governador Gilberto Mestrinho, responsável por uma obra administrativa e política reconhecida pelo povo amazonense, pela sua capacidade e trabalho. No apoio dos seus senadores e deputados, defensores vigilantes e devotados dos interesses desta região.

Quero afirmar que, mesmo em face destas dificuldades, o Governo está estudando não deixar estagnada a Transamazônica e a Perimetral Norte, cujas obras estão abandonadas. A ocupação e a inserção da Amazônia dentro do desenvolvimento do País precisam de dar condições de infra-estrutura à abertura de novos espaços ao nosso homem. Estamos estudando a possibilidade de um projeto forte de desenvolvimento na Calha Norte. De povoamento de nossas fronteiras. De uma presença maior do País nesta vastidão.

Dentro de alguns dias estarei me encontrando com o Presidente da Colômbia, Belisario Betancur, como já o fiz com o Presidente Jaime Lusinchi, da Venezuela, para debater a Bacia Amazônica. Estarei em Tabatinga mais uma vez neste mês; estive em Vila Betancur; estarei dia 26 no Oiapoque.

É uma maneira simbólica, como primeiro passo, de mostrar o quanto o Presidente tem a noção da grandeza e da importância desta área e da necessidade da afirmação do quanto ela representa para o Brasil. Visito a fronteira para olhar o grande Brasil.

Agradeço a cativante e generosa acolhida que aqui recebo. E fico feliz de ver o Amazonas no caminho do progresso e já não ouço a frase de Tavares Bastos, quando perguntava em 1866: «— Mas, entretanto, o que faremos do Amazonas?»

Faremos o que foi feito: o Amazonas, grande e poderoso Estado que ele é.

O Amazonas não é mais somente uma evolução poética, não é mais uma cobiça permanente, não é mais um desejo de integrar para não entregar. É uma consciência de que a natureza tem direitos que não podem ser violados e que o povo tem garantias que não podem ser negadas nem postergadas. O Amazonas é um estado de espírito, ânsia de progresso, defesa de seus sonhos, certeza de ser um Estado poderoso com voz, peso e grandeza na Federação.